



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**MERCADO DE TRABAJO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESIGUALDADES
CONSOLIDADAS**

Maria Inês Caetano Ferreira

mariainesferreira.sp@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Brasil

André Silva Pomponet

andrepomponet@hotmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

Este trabalho discute os vínculos entre escolaridade, formas precárias de inserção no mercado de trabalho e desigualdade entre jovens no Brasil. Autores ligados ao liberalismo econômico argumentam que a inclusão escolar tem efeitos sobre a diminuição da desigualdade social, melhorando a qualificação do trabalhador e, assim, elevando o rendimento do trabalho e a produtividade do país.

O Brasil é um país com elevado índice de desigualdade social. No início do século XXI houve relativa redução nessa situação. Com o crescimento econômico foram gerados mais empregos formais, houve valorização dos rendimentos do trabalho, com ganho no poder de compra e foram instituídos programas para reduzir a pobreza. Nesse período se fortaleceu a inclusão escolar, ampliando o acesso de vagas para populações historicamente excluídas.

A OIT e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicaram estudos, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre participação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho e na escola, entre os anos de 2006 e 2013. O trabalho analisa esses dados secundários, refutando os argumentos de pensadores liberais de que investimentos em educação básica são estratégia para combater a elevada desigualdade social, vinculada à frágil qualificação dos trabalhadores pobres. O período de 2006 a 2013 é apropriado para a discussão proposta por abranger situação rara no país, de crescimento econômico e queda na desigualdade.

Os resultados revelam que o processo de inclusão escolar foi insuficiente para superação das crônicas desigualdades. A exclusão escolar dos negros e mais pobres se mantém elevada. As mulheres superaram os homens em anos de estudo, porém, seus rendimentos seguem inferiores aos dos homens. O hiato na escolaridade de jovens com menor e maior renda é elevado. Nesse período de crescimento foram criados novos postos de trabalho que exigiram ensino médio completo, mas com baixa remuneração. Os empregadores recrutaram trabalhadores com mais escolaridade para realizar funções simples e com baixa remuneração, que dispensavam os conhecimentos adquiridos na escola. Esses postos demandaram mulheres, não brancos e moradores de regiões mais pobres do país, grupos normalmente suscetíveis ao trabalho precário e à pouca escolaridade.

A inclusão escolar alcançou esses grupos, mas se verifica que os investimentos públicos e pessoais na educação não se converteram em ocupações qualificadas e bem remuneradas. Observa-se que os investimentos do governo brasileiro em educação não são suficientes para superar a desigualdade social porque a economia não cria postos para funções mais qualificadas. Em tempos de bonança ou de crise, a estrutura do mercado de trabalho brasileiro preserva o modelo de sobre-exploração da força de trabalho, que implica na existência de numeroso exército de reserva, empregado em ocupações precárias, pressionando pelos baixos rendimentos, independente dos investimentos do governo e dos trabalhadores em educação.

ABSTRACT

This article debates links among schooling, precarious ways of insertion of the labor market and inequality of young people in Brazil. Liberals authors advocate impacts of schooling inclusion on



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dropping social inequality, because worker could be more qualified, more productive, so work's income and country's production will increase.

Brazil is one of the most inequality countries of the world. In the beginning of the XXI century Brazil lived an economic boom, inequality diminished, new formal jobs were created, there was real wage growth, and cash transfer programs were implemented. In this time there was expansion of access to school.

International Organization for Work and the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) published a study using data of Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) about work and schooling of youth from 2006 until 2013. This paper analyses data of that study about youth and disagree with the assertion of the liberals that investments in basic education is a strategy to combat social inequality, because it should raise the workers' qualification. The period from 2006 to 2013 is strategic because it allows verify changes in the Brazilian economy, this was a rare event of economic growth whit drop in social inequality.

Findings show the process of school enlargement was not enough for overcome deep inequalities. The black and the poor people' school exclusion remains high. On the other hand, women's income are lower than men's, despite years average women's of schooling exceeding the male average. In the period it was created new jobs were created that demanded complete secondary education, but incomes were low. Employers recruited more educated workers to perform simple tasks that do not require much schooling. Women, non-white and people from the most region of Brazil took up the new precarious jobs.

These groups were beneficiated by the enlargement of schooling, but it is possible to verify that public investments in educations do not translate into skilled and well-paid occupations. The investments of Brazilian schooling investments are not enough to diminished social inequality because the model of economy does not create qualified jobs. The structure of the Brazilian labor market maintain the overexploitation in times the economic boom or crises, for this it is necessary to have a numerous reserve army of workers working in precarious conditions, pressing for the low wages, regardless the investments in education by the workers themselves and the government also.

Palabras clave

Mercado de trabalho. Juventude. Desigualdade social.

Keywords

Labor Market. Youth. Social inequalities.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

A reflexão sobre as condições de inserção na escola e no mercado de trabalho no Brasil foi tema de ampla literatura técnica e acadêmica, isso porque até recentemente o país viveu seu período de bônus demográfico. Ferreira (2014) informa que, em 2006 a população jovem (definida oficialmente pela faixa de 15 a 29 anos) era de 51,2 milhões de pessoas. Em 2007 houve queda no total do grupo para 50,2 milhões, correspondendo a 26,4% do total da população brasileira. Ou seja, os jovens respondiam por mais de um quarto de toda a população do Brasil. O período de maior participação dos jovens na população total foi no final da década de 90, segundo essa autora, em 1997, os jovens representavam 37,7% de todos os brasileiros. Castro e Luseni (2008) indicam que, desde 2010, ocorre redução progressiva na população jovem brasileira, sinalizando fim do bônus demográfico.

Este artigo apresenta e discute dados sobre formas de participação de jovens no mercado de trabalho e ingresso e permanência na escola, analisando a intersecção entre escola e trabalho no Brasil, entre os anos de 2006 e 2013.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

O Brasil é um dos países com mais alto nível de desigualdade de renda, que se expressa, entre outras variáveis, pela elevada disparidade nos rendimentos do trabalho entre os diferentes grupos da sociedade. De modo geral, segundo a literatura de inspiração liberal, uma das principais justificativas da desproporção de rendimento é a escolaridade insuficiente da força de trabalho. Os argumentos de Madeira (2006) ilustram essa posição. Segundo essa autora, o período do bônus demográfico no Brasil - que se concentrou entre a segunda metade da década de 80, ao longo dos anos 90 e na primeira metade da primeira década do século XXI – requeria investimentos públicos na expansão do ensino médio. Essa fase da escolaridade, afirma Madeira, resulta em efeitos positivos diretos e indiretos no desenvolvimento do país. Os efeitos diretos seriam o aumento da qualificação do trabalhador e facilidade na absorção de tecnologia, com a consequente elevação de produtividade. Já os indiretos se associariam à queda na desigualdade de renda.

Até recentemente, a exclusão escolar no Brasil era uma das mais elevadas da América Latina. Vale ressaltar que o mercado de trabalho era muito sensível ao nível educacional, uma pequena diferença nos anos de estudo impactava no nível da remuneração dos trabalhadores. Os melhores postos de trabalho eram ocupados pela força de trabalho mais escolarizada que, por conseguinte, recebia rendimentos mais elevados. Outro aspecto relevante, comum no mercado de trabalho brasileiro há alguns anos, era a grande proporção de trabalhadores ocupados no setor informal, o que favorece a superexploração e a baixa remuneração da força de trabalho.

A forma de alocação da força de trabalho não se justificava apenas pela produtividade do trabalhador, ou seja, não se tratava apenas de remunerar diferentemente trabalhadores com produtividade diferente, como explica BARROS e MENDONÇA (1995). Havia desigualdade de salários entre trabalhadores com igual capacidade produtiva, em virtude de discriminação contra características adscritas. Desse modo, trabalhadores com igual nível de escolaridade eram alocados em postos de trabalho que exigiam produtividade diferente. Esse era o motivo para mulheres com igual escolaridade a de homens receber rendimento inferior ao masculino, assim como pretos em relação a trabalhadores brancos, explicam os dois autores citados.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A média de rendimento dos jovens sempre foi inferior ao dos trabalhadores adultos. Vale ressaltar que os jovens se subdividem em vários grupos, como o dos adolescentes jovens (15 a 17 anos), os jovens (18 a 24 anos) e os jovens adultos (25 a 29 anos). Os dois primeiros grupos eram os mais prejudicados em relação à alocação nos postos de trabalho e salários. Em virtude de discriminação, jovens com média de escolaridade igual a de adultos, geralmente recebiam salário inferior, mesmo executando atividades semelhantes à de adultos. Além disso, a taxa de desocupação dos jovens geralmente superava a dos adultos, indicando tratar de grupo mais suscetível à vulnerabilidade no mercado de trabalho.

No início do século XXI houve importantes transformações no quadro da renda no Brasil, com queda da desigualdade. No mesmo período, verificou-se ampliação da inclusão escolar, com destaque para a elevação da matrícula e frequência no ensino médio e superior.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

A metodologia utilizada foi o levantamento e análise de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, especificamente, de dados recolhidos na Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar, referentes à educação e participação no mercado de trabalho.

Recentemente a Organização Internacional do Trabalho – OIT – juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – realizaram estudos sobre juventude, com base em dados do IBGE. Em virtude da riqueza nos recortes dos dados, optou-se por tomar as publicações como base de informação deste artigo. O recorte temporal deste trabalho é de 2006 a 2013, principalmente pelo fato de esse ser o período abrangido no estudo da OIT/IPEA. Contudo, deve-se ressaltar que se trata de período rico para pesquisa sobre o país, uma vez que em 2006 podem-se sentir os efeitos das escolhas econômicas do governo Lula, ancoradas no impulso do consumo e, em 2013, já se percebia os primeiros sinais do desgaste desse modelo adotado. Assim, os dados traduzem a realidade de um período de crescimento, geração de empregos, inclusão escolar e queda na desigualdade social.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

A partir da década de 80 há ampliação no acesso à educação no Brasil. Ferreira (2016) esclarece que, a partir da implantação do Fundo Nacional da Educação Fundamental – FUNDEF – na década de 90, o governo federal, junto com os outros entes, atuou na universalização da educação básica – até esse período, limitada ao ensino fundamental – por meio da criação de vagas e da correção do fluxo escolar, substituindo o modelo de reprovação pela aprovação automática de estudantes.

Os dados mais recentes dessa universalização, disponibilizados pelo IBGE, refletem bem esse cenário, conforme se pode constatar no conjunto de tabelas apresentado ao longo dessa seção.

O Gráfico 1 apresenta os números referentes à média de anos de estudo dos jovens brasileiros nas três faixas etárias nas quais são subdivididos, entre os anos de 2006 e 2013. Os dados mostram que, na média, os jovens brasileiros sequer conseguem concluir os 12 anos de estudo que envolvem os níveis Fundamental e Médio. A maior defasagem verifica-se na faixa dos 15 aos 17 anos, cuja escolaridade média em 2013 (7,73 anos de estudo) não cobria, sequer, os nove anos do nível Fundamental, cuja faixa etária estende-se dos seis aos 14 anos.

Esse patamar foi alcançado apenas na faixa dos 18 aos 24 anos quando, normalmente, os jovens estão cursando o nível superior, conforme ilustra o mesmo gráfico. E na faixa dos 25 aos 29 anos a escolaridade era melhor em 2013 (10,6 anos de estudo), mas mesmo assim inferior aos 12 anos de estudo exigidos para cumprir todo o ciclo básico e médio previsto nos currículos escolares brasileiros. Desse modo, uma média inferior a 12 anos indica que a maioria não conclui a educação básica, nem mesmo os mais velhos.

Gráfico 1 – Anos de estudo de jovens, por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

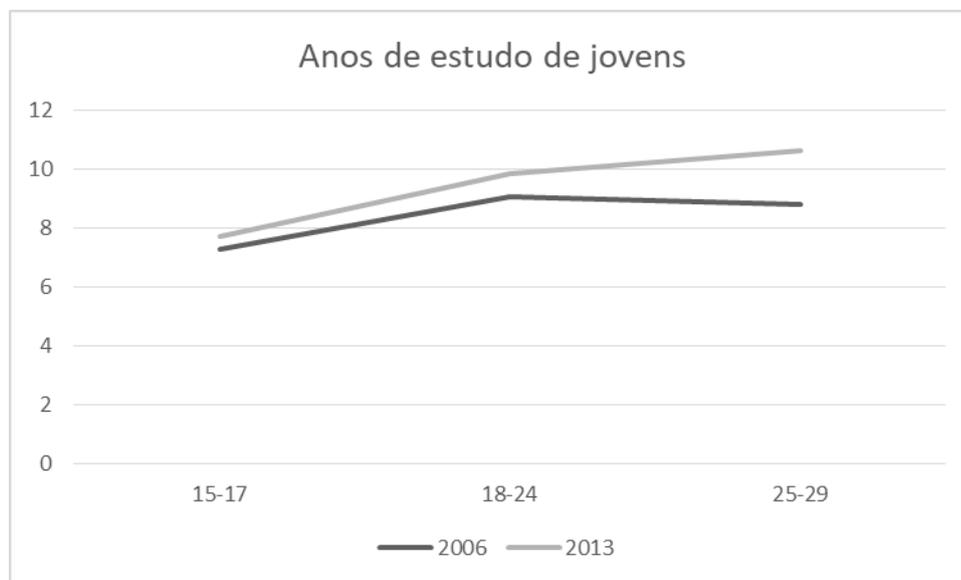


XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio



Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

Os números do Gráfico 1 convergem com o percentual de jovens com ensino médio e ensino superior apresentado no Gráfico 2. Os números mostram que, há apenas uma década, nem a metade dos jovens brasileiros entre 18 e 29 anos havia concluído o Ensino Médio. Nos sete anos seguintes o avanço foi bastante expressivo, sobretudo na faixa dos 25 aos 29 anos, que alcançou 61,5%. É necessário ressaltar que esses números refletem o maior acesso à educação nas faixas etárias inferiores, mais que o acesso tardio dos jovens brasileiros às salas de aula.

O Gráfico 2 também mostra que o número de jovens na faixa dos 18 aos 24 anos com nível superior completo quase duplicou num intervalo de apenas sete anos – passando de 2,1% para 3,9% - o que reflete não apenas a elevação no número de concluintes do Ensino Médio, mas também a oferta de maiores oportunidades de ingresso no Ensino Superior, em função da ampliação das vagas nas redes pública e privada, o que constituiu uma característica do período no Brasil. O mesmo raciocínio se aplica à faixa etária mais elevada dos jovens: nesse segmento, o incremento foi próximo de 57%. Mas, embora os avanços possam ser considerados expressivos para o intervalo, é necessário ressaltar que o número de jovens brasileiros que têm acesso ao Ensino Superior ainda se localiza aquém dos países mais avançados da própria América Latina e, sobretudo, das principais economias mundiais.



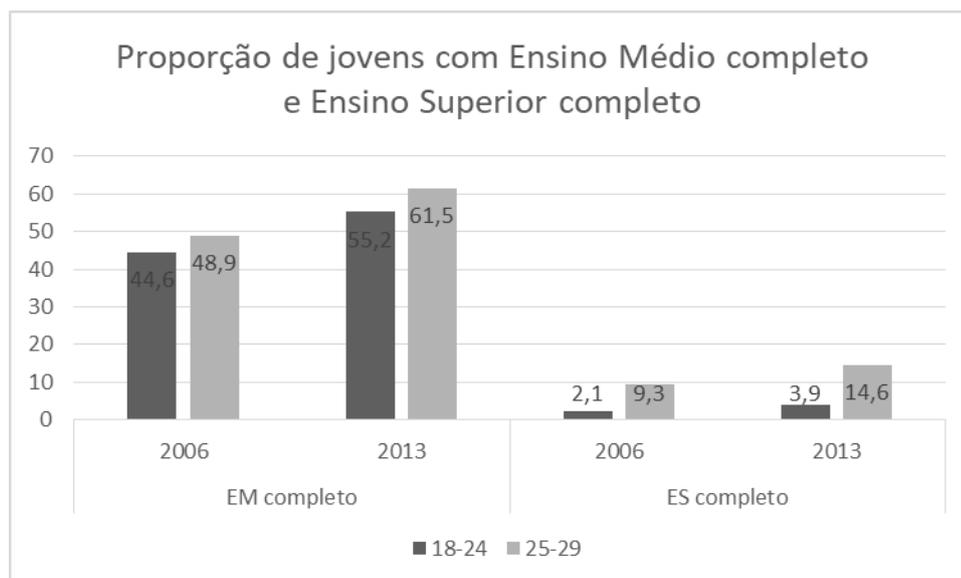
**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Gráfico 2 – Proporção de jovens com Ensino Médio completo e Ensino Superior completo, por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %.



Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

Quando se parte para a análise dos números com o recorte de sexo, percebe-se que as mulheres costumam apresentar desempenho mais elevado em todas as faixas etárias e em todos os níveis de Ensino nos dois anos analisados na série. O Gráfico 3 mostra que, em média, as mulheres têm cerca de um ano a mais de estudo que os homens nas três faixas etárias consideradas e que compartilharam dos avanços da escolarização no período, elevando também seu nível de qualificação em proporção semelhante à masculina.

Gráfico 3 – Anos de estudo, segundo sexo, por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

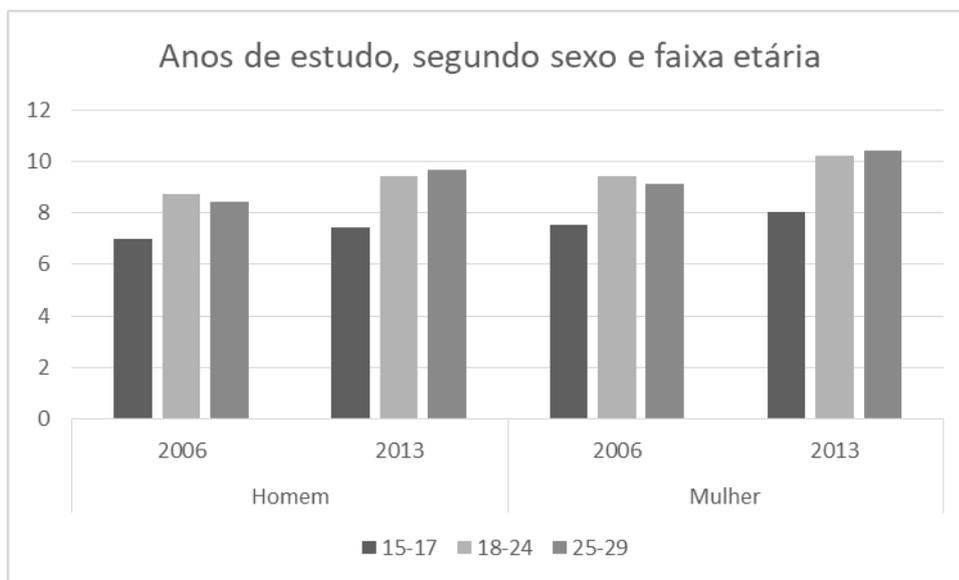


XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio



Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

Uma abordagem fundamental para entender as desigualdades na sociedade brasileira – e, com um recorte mais específico, no mercado de trabalho – relaciona-se ao quesito cor e raça. Uma vasta literatura vem sendo produzida ao longo de décadas no País, com constatações convergentes que apontam o caráter perverso da exclusão no Brasil: os mais expostos à pobreza e à violência, aqueles com rendimentos inferiores e com menos oportunidades de ascensão social costumam ser os negros e pardos. No âmbito do acesso à educação, os dados do levantamento do IBGE reforçam essa constatação.

O Gráfico 4 dimensiona as diferenças que existem entre os brancos e os pretos e pardos em termos de escolaridade. Em 2006, os brancos nas duas faixas etárias mais elevadas tinham, pelo menos, o nível fundamental completo, em média; negros e pardos, até então, nem isso. Sete anos depois, brancos, negros e pardos haviam completado, em média, o ciclo fundamental, o que sinaliza para a ampliação no acesso à educação. Em relação ao Gráfico 4, mais duas observações são fundamentais: relativamente, houve avanço maior dos pretos e pardos no acesso à educação, mas mesmo assim isso não foi suficiente para suprir a lacuna, que ainda persiste. Chama atenção o fato de que a média de anos no grupo de pretos e pardos está bem abaixo dos 12 anos, ou seja, a maioria não conclui o ensino básico, nem mesmo as faixas mais velhas. Na verdade, o espantoso é que, em 2006, essa



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

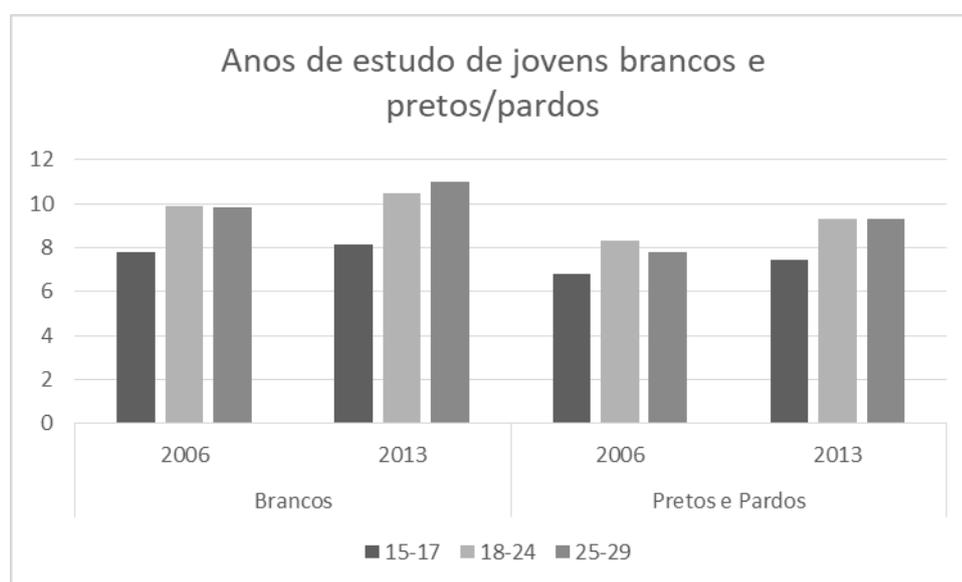
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

média era inferior a 8 anos (exceto a faixa com 18 e 24 anos, com média próxima a 8), indicando que a média dos pretos e pardos não concluíam o ensino fundamental (com duração, nessa época, de 8 anos).

Gráfico 4 – Anos de estudo de jovens brancos e pretos/pardos, segundo faixa etária, Brasil, 2006 e 2013.



Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

As desigualdades de acesso à educação, observadas em relação às questões de sexo e cor, no entanto, não se mostram tão profundas quando se toma como recorte a distribuição de renda. Os números levantados sinalizam para o abismo existente entre os mais ricos e os mais pobres e, também, uma preocupante tendência de perpetuação, porque os avanços observados ao longo do período analisado são pouco significativos para interromper o ciclo perverso de exclusão, desigualdade e acesso à educação.

A Tabela 1 apresenta os dados da desigualdade de acesso à escolaridade. Na faixa de 15 a 17 anos a diferença entre os mais ricos e mais pobres é a menor, em relação às outras faixas. A informação sobre a média escancara a fragilidade dos mais pobres no Brasil. Verifica-se que a média de anos de estudo dos mais ricos se ajusta ao requerido para a conclusão do ensino básico (que envolve o



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ensino médio). Já os mais pobres têm média que indica a não conclusão, nem mesmo o ensino fundamental, que é um dever de todo cidadão brasileiro.

Os dados da Tabela 1 sinalizam para o tamanho do desafio que precisa ser vencido. No primeiro quintil (os 20% dos brasileiros mais pobres) a defasagem é expressiva em relação àqueles situados no quinto quintil (os 20% mais ricos): somente na faixa dos 15 aos 17 anos o número de anos de estudo não supera os dois anos; nas demais faixas as diferenças são significativas, alcançando quase quatro anos (entre 18 e 24 anos) e mais de cinco anos (entre 25 e 29 anos). É necessário destacar que os mais ricos, em média, possuem o Ensino Médio completo ou estão próximos disso nas faixas etárias mais elevadas; e que os mais pobres não têm, sequer, o Ensino Fundamental completo, com distância média superior a mais de um ano para alcançar esse patamar.

Tabela 1 – Anos de estudo segundo renda, por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	<i>1º Quintil</i>		<i>5º Quintil</i>	
	2006	2013	2006	2013
<i>15-17</i>	6,10	6,85	8,56	8,63
<i>18-24</i>	6,65	7,89	11,55	11,34
<i>25-29</i>	5,41	7,09	12,21	12,21

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

As diferenças são mais notáveis quando se utiliza como parâmetro o percentual daqueles que concluíram o Ensino Médio e o Ensino Superior, conforme dados da Tabela 2. No que se refere especificamente à graduação universitária, entre os 20% mais pobres, esse percentual não passa de 1,2%, enquanto entre o quinto quintil esse percentual alcança um terço da população na faixa etária dos 25 aos 29 anos. Até mesmo o Ensino Médio é escasso entre os mais pobres: essa condição gira em torno de apenas um quarto da população nessa faixa etária. Observe-se que entre 2006 e 2013 também houve um salto expressivo na escolarização dos mais pobres, mas mesmo assim permanecem muito aquém da parcela mais rica da população, sobretudo em relação à educação superior. Pode-se observar que nem mesmo um quarto da população dos mais pobres conclui o ensino médio, contra mais de 80% dos mais ricos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 2 – Proporção de jovens que completaram Ensino Médio e Ensino Superior, por renda, segundo faixa etária, Brasil, 2006 e 2013.

	<i>1º Quintil</i>				<i>5º Quintil</i>			
	Ensino Médio		Ensino Superior		Ensino Médio		Ensino Superior	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013	2006	2013
18-24	15,5	25,9	0,1	0,3	83,3	78,4	8,2	10,0
25-29	14,3	26,3	0,3	1,2	86,3	85,3	31,9	33,9

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

MERCADO DE TRABALHO

A forma como as oportunidades de acesso à educação se distribuem entre os jovens brasileiros vai se refletir, mais adiante, sobre a maneira como ocorre a inserção no mercado de trabalho, impactando na desigualdade em relação à qualidade do trabalho e nível de renda.

Como se verifica na Tabela 3, os trabalhadores mais jovens, na faixa etária dos 15 aos 17 anos, os rendimentos são inferiores aos menos jovens e taxa de informalidade elevada, representando mais que o dobro do percentual observado nos demais grupos. A situação mais satisfatória é a da faixa etária de 25 a 29 anos, cujos rendimentos são, inclusive, mais elevados em média que os ganhos da maioria da população. Isso, em parte, se deve ao nível de informalidade, que é mais baixo nessa faixa etária em relação a todas as demais. Outra explicação importante é a experiência de trabalho acumulada dos menos jovens, bonificada pelos empregadores, já que ela representa qualificação. Os trabalhadores mais experientes têm mais oportunidade de inserção no mercado formal, enquanto os mais novos, sem experiência registrada na carteira de trabalho, enfrentam resistências para inserção no mercado formal. Os eventuais trabalhos em situação informal dos mais jovens não são apreciados pelos empregadores do mercado formal porque não comprovam oficialmente o tipo de atividade exercida nem o comportamento do trabalhador no ambiente de trabalho. De qualquer modo, não restam dúvidas sobre a impressionante fragilidade a que os mais jovens estão sujeitos no mercado de trabalho brasileiro.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 3 – Evolução da qualidade do emprego por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	<i>Rendimento médio do trabalho principal</i>		<i>Taxa de informalidade</i>	
	2006	2013	2006	2013
<i>Brasil</i>	768,2	1.070,1	52,1	38,6
<i>15-17</i>	272,3	460,2	87,0	76,6
<i>18-24</i>	659,7	939,3	52,6	38,1
<i>25-29</i>	1.025,5	1.336,0	43,2	32,4

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

Na Tabela 4 pode-se analisar a distribuição de rendimento por sexo. Os rendimentos das mulheres são bem inferiores ao dos homens, apesar de as informações sobre escolaridade terem demonstrado que elas são mais exitosas que eles nos estudos. Esses dados lançam dúvidas sobre os efeitos da escolaridade na qualidade da inserção no mercado de trabalho. O ônus dos preconceitos sociais parece retirar o bônus que a escolaridade poderia oferecer, talvez os grupos menos afetados por tais preconceitos – no caso, homens, brancos e de famílias com rendimento mais elevado – possam se beneficiar mais integralmente desse bônus.

Tabela 4 – Evolução da qualidade do emprego por sexo, Brasil, 2006 e 2013

	<i>Rendimento médio do trabalho principal</i>		<i>Taxa de informalidade</i>	
	2006	2013	2006	2013
<i>Brasil</i>	768,2	1.070,1	52,1	38,6
<i>Homem</i>	825,6	1.137,2	51,6	39,3
<i>Mulher</i>	684,9	978,1	52,9	37,6

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

A Tabela 5 escancara a desigualdade entre pretos/pardos e brancos na inserção no mercado de trabalho. A média de rendimento dos pretos e pardos é inferior à média nacional, apesar de a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

população negra e parda ser elevadíssima no Brasil. Em 2006, muito mais da metade dos pretos e pardos estavam empregados em postos informais, sem garantia dos direitos trabalhistas, somava-se, então, além dos baixos rendimentos, a desproteção da lei trabalhista. Essa condição tenha sido amenizada, vale ressaltar que o índice seguiu elevado, pouco menos da metade dos pretos e pardos estavam na informalidade. Os melhores rendimentos são pagos pelo mercado formal de trabalho e os brancos, menos sujeitos à informalidade dos que os pretos e pardos, tinham rendimentos mais altos.

Tabela 5 – Evolução da qualidade do emprego por raça/cor, Brasil, 2006 e 2013

	<i>Rendimento médio do trabalho principal</i>		<i>Taxa de informalidade</i>	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
<i>Branco</i>	937,7	1.253,0	44,4	32,0
<i>Preto/Pardo</i>	600,4	910,4	59,8	44,4

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

A Tabela 6 traz a distribuição dos trabalhadores segundo a escolaridade, podendo-se perceber que quem conclui o ciclo básico – níveis Fundamental e Médio – obtêm rendimentos que representam quase o dobro daquilo que recebe quem não concluiu, sequer, os primeiros nove anos do ciclo Fundamental. Parece interessante verificar que a distância da média de rendimento dos jovens com ensino fundamental incompleto em relação àqueles com fundamental completo e médio incompleto não é tão relevante. Ou seja, apenas o ensino fundamental parece insuficiente, atualmente, para garantir inserção positiva no mercado de trabalho que exige, no mínimo, o ensino médio completo. Assim, o fundamental parece estar associado a postos simples, mal remunerados e no setor informal. Vale lembrar que tabelas de escolaridade, já discutidas, apontam que não é insignificante a população brasileira que não concluiu o ensino médio, portanto, aptos à informalidade e a precarização das relações de trabalho. Aliás, a baixa média de rendimentos da população brasileira parece confirmar o imenso exército de trabalhadores suscetíveis a empregos precários.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 6 – Evolução da qualidade do emprego por escolaridade, Brasil, 2006 e 2013

	<i>Rendimento médio do trabalho principal</i>		<i>Taxa de informalidade</i>	
	2006	2013	2006	2013
<i>Brasil</i>	768,2	1.070,1	52,1	38,6
<i>Fundamental Incompleto</i>	448,2	689,7	74,4	64,7
<i>Fund. Completo e Médio</i>	563,9	787,9	60,3	49,3
<i>Incompleto Ensino Médio Completo</i>	1.074,49	1.292,9	34,1	27,1

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA

Por fim, a Tabela 7 apresenta dados sobre a distribuição dos jovens trabalhadores segundo renda. Quando a análise foca estritamente o nível de riqueza de quem está no mercado de trabalho, nota-se a profundidade das desigualdades: os 20% mais pobres recebem apenas um quinto daquilo que recebem os 20% mais ricos, em média, e enfrentam uma informalidade que se aproxima dos 90%, muito superior àquela enfrentada por qualquer outro grupo analisado. Na verdade, praticamente toda a população de jovens mais pobres no Brasil está na informalidade, em contraste com os mais ricos. A desigualdade de rendimentos é abissal e não deixa dúvidas sobre o fato de o Brasil ser um país que pratica profunda injustiça social.

Cabe observar que, na média, o mercado de trabalho no Brasil registrou dois movimentos favoráveis entre os anos de 2006 e 2013: por um lado, houve elevação do salário, beneficiando inclusive a população juvenil. Isso se deve, em grande medida, à política de elevação do salário-mínimo vigente no intervalo e ao aquecimento da demanda por trabalhadores, o que não ocorria nesse patamar havia décadas. Outro fenômeno observado é a elevação do percentual de formalização do mercado de trabalho, o que também costuma produzir reflexos positivos sobre os rendimentos. Todavia, merece atentar para o fato de a realidade dos 20% mais ricos é descolada das



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

outras faixas de renda. Com todo o progresso econômico que o Brasil pode ter vivido nas últimas décadas, a Tabela 7 evidencia que as condições dos mais pobres, com qualquer melhoria que possa ter ocorrido, seguiu muito frágil.

Tabela 7 – Evolução da qualidade do emprego por renda, Brasil, 2006 e 2013

	<i>Rendimento médio do trabalho principal</i>		<i>Taxa de informalidade</i>	
	2006	2013	2006	2013
<i>Brasil</i>	768,2	1.070,1	52,1	38,6
<i>1º Quintil</i>	241,12	280,1	87,2	88,4
<i>2º Quintil</i>	428,0	553,4	68,4	63,1
<i>3º Quintil</i>	579,2	711,5	51,8	48,6
<i>4º Quintil</i>	767,6	896,6	38,7	34,1
<i>5º Quintil</i>	1.558,7	1.646,0	32,9	25,3

Fonte: IBGE/PNAD/OIT/IPEA



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

Não há como negar que o Brasil experimentou avanços em relação ao acesso à educação entre 2006 e 2013, conforme o conjunto de indicadores apresentado nesse trabalho atesta. Vale ressaltar que os avanços ocorreram de maneira ampla, beneficiando todos os segmentos da população jovem analisados. Os ganhos relativos de segmentos historicamente excluídos, como os pretos e pardos, também foram visíveis. Um desafio que permanece colocado, porém, é o da redução das desigualdades: mesmo com os ganhos alcançados, as diferenças entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, por exemplo, permanecem expressivas.

No âmbito do mercado de trabalho fica claro que desigualdades observadas no acesso à educação se projetam, posteriormente, em relação às oportunidades de emprego. Noutras palavras, isso significa dizer que os avanços observados em relação à educação não garantem, por si só, redução das desigualdades sociais no longo prazo.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, embora os avanços devam ser vistos como otimismo, percebe-se uma imensa lacuna na situação do Brasil na comparação com os países mais avançados e mesmo em relação a diversos países da América Latina. Essa constatação reforça a necessidade de os níveis recentes de investimentos na educação serem mantidos e ampliados, concomitante a políticas de desenvolvimento. Pois, verifica-se que apenas o estudo não assegura melhor forma de integração social, como se constata no caso das mulheres, grupo com os melhores índices de estudo, porém, com mais desvantagem no mercado de trabalho.

Os dados apresentados expressam uma década de mudanças relativamente positivas no Brasil na esfera da economia e da política, com início em 2003. Isso se faz sentir na melhora dos índices de educação e de inserção no mercado de trabalho dos jovens. É inegável que houve expansão na oferta de vagas no ensino médio e superior. Em relação às oportunidades de trabalho também houve transformações, que engrossaram oportunidades para as faixas etárias mais velhas dos jovens. Vale ressaltar, ainda, que nesse período foi criada a Secretaria Nacional de Juventude – extinta recentemente – juntamente com espaços institucionais que ampliaram a participação juvenil, como os conselhos e conferências de políticas. Nessa onda, foram criados vários programas para atender



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

necessidades dos grupos dos jovens. Desse modo, não parece possível ignorar os aspectos positivos, todavia, os dados não escondem a profunda desigualdade social que ainda caracteriza o Brasil.

Ferreira (2014) comenta a expansão das taxas de frequência líquida entre os mais pobres e pretos e pardos, sublinhando a tendência de os jovens, entre 15 e 17 anos, diminuírem sua participação no mercado de trabalho, mantendo-se exclusivamente na escola, fato positivo, já que, após a conclusão do ensino básico, o jovem tem melhores recursos para competir por uma posição no mercado.

Porém, essa mesma autora assinala os problemas de qualidade da escola, que se fizeram acompanhar no processo de universalização e inclusão escolar.

Mattos (2015) explica a recente recuperação da economia e do mercado de trabalho brasileiro, entre os anos de 2004 e 2011, quando teve início período de desaceleração, o qual foi enfrentado pelo governo brasileiro por meio de medidas de estímulo ao consumo. O autor argumenta que houve crescimento do valor real do salário mínimo, com incidência sobre os benefícios, fortalecido pela baixa inflação, expansão de crédito e consumo, que ampliaram os rendimentos das famílias.

Segundo o autor, entre 2004 e 2013, houve 35% de aumento real nos salários. Somente no ano de 2010, foram criados 2 milhões de postos de trabalho. Mattos informa que, entre 2002 e 2013, cresceu o número de postos com remuneração entre 2 e 5 salários mínimos, com estagnação daqueles com rendimentos de 5 salários mínimos. O autor especifica que, nesse período, foram criados 14 milhões de empregos formais, sendo que 97% deles tinha remuneração até cinco salários mínimos em mais de $\frac{3}{4}$ destes, pagava até dois salários mínimos. O setor que mais criou vagas foi o de serviço, especificamente alojamento, alimentação, saúde, educação e sociais, além de transporte, armazenagem e comunicação, a indústria perdeu sua participação no total de empregos. Em suma, verifica-se que foram criados empregos formais, porém, com baixos rendimentos. Destaque-se que os setores citados são os que mais empregam jovens. Assim, os jovens a maioria dos jovens se inserem em setores cujos postos, em média, oferecem baixa remuneração.

Pochmann (2012) explana sobre as transformações na estrutura produtiva brasileira desde a década de 60. O autor deixa claro que, de forma singular, cada ciclo econômico no país promoveu específicos modos de exploração da força de trabalho, resultando em precariedade e baixos rendimentos. Na década de 60 houve expansão do PIB, com concentração de renda e desigualdade



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

social. Na década de 80 a indústria se expandiu, para, a partir da década seguinte, perder espaço para serviços e comércio, nesse movimento, houve queda na renda do trabalhador, uma vez que os melhores rendimentos se ligavam à indústria. Pochmann relata que no final da década de 90 foram reduzidos os postos de trabalho com remuneração de 3 salários mínimos, crescendo aqueles que pagavam até um salário mínimo e meio. Nessa primeira década do século XXI o crescimento econômico provocou a geração de postos de trabalho, a maioria deles no setor terciário. Pochmann constata que a remuneração da maioria dos novos postos criados correspondeu a pouco mais de um salário mínimo. Ele aponta que a remuneração dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente era de cerca de 1,5 salário mínimo. Esse autor ainda acrescenta que a maior parte das vagas criadas empregaram trabalhadores na faixa etária de 25 a 34 anos, com destaque para mulheres e negros, moradores das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

As informações sobre as características de postos de trabalho criados no período de auge recente da economia brasileira suscitam questionamentos sobre os limites dos avanços recentes. Isso porque, sem dúvida, houve progresso com a ampliação da formalização dos vínculos de trabalho, o que protege o trabalhador em relação aos seus direitos trabalhistas. Porém, constata-se queda na remuneração, apesar do ganho real dos salários. Na verdade, o recente boom dos empregos parece ter proporcionado absorção da mão de obra antes abrigada na informalidade. Devem-se analisar cuidadosamente os efeitos desse recente progresso econômico, porque a suposta conquista da inclusão escolar não necessariamente indica melhores condições no mercado de trabalho, sobretudo ao se considerar que esse mercado gera postos simples, mal remunerados. As informações dos autores sobre os movimentos mais amplos da economia nos permitem estudar com mais profundidade os dados das tabelas apresentadas. Isso porque, o crescimento econômico e social brasileiro implicou na diminuição das desigualdades, todavia, não as eliminou. Na verdade, elas se revelam bem consolidadas e, ainda, dependentes de ações mais vigorosas para que os jovens brasileiros, de modo geral, possam realmente ser considerados incluídos no mundo da escola e no do trabalho.

A análise dos dados aqui apresentados, em diálogo com a produção sobre juventude entre a escola e o trabalho, permite considerar a evolução positiva alcançada nos últimos anos no Brasil em relação



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

à universalização do ensino médio. A literatura de inspiração liberal propaga a educação como elemento central na construção de uma sociedade desenvolvida econômica e socialmente. Pois, por meio da educação a nação pode contar com força de trabalho qualificada, produtiva, além de cidadãos integrados aos princípios da democracia. Tais valores foram desenvolvidos nas nações industrializadas, que realmente promoveram a universalização do ensino e que empregam o uso da força de trabalho qualificada. No caso do Brasil, os modelos de desenvolvimento praticados ao longo das últimas décadas suscitam dúvidas sobre esse pensamento liberal. Isso porque os jovens investem na escolaridade, o mercado de trabalho emprega jovens com mais anos de estudo, mas num processo de produção pouco sofisticado, sem capacidade de usufruir a qualificação do empregado, por isso mesmo, oferecendo pouca remuneração. Alguns grupos, como os dos pretos/pardos, dos mais pobres e das mulheres são os mais prejudicados com esse modelo de uso intensivo da força de trabalho.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

- Andrade, C. C. Mercado de Trabalho (2008). *Conjuntura e análise*, n. 37. Rio de Janeiro: IPEA, Nov, p. 25-23.
- Barros, R. P. de, Mendonça, R. S. P. de. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Texto para discussão, n. 377. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 1995.
- Castro, J. A., Aquino, L. (2008). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Texto para discussão, n. 1335. Brasília: IPEA.
- Costa, J.; Organização Internacional do Trabalho no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015) *Educação dos jovens brasileiros no período 2006-2013*. Brasília: OIT.
- Corseuil, C.H., Franca, M.A.P., Organização Internacional do Trabalho no Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015) *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT.
- Ferreira, M. D. P. (2014) *Juventude, escola e trabalho: uma aproximação necessária*. *Boletim CEDES*, v.35, p. 1-7.
- Madeira, F. R. (2006) Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: Camarano A. A. (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 139-170.
- Mattos, F. A. M. de. (2015) Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, n. 29, V. 85, p. 69-85.
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.